



AT&T Fevereiro de 2022

Relatório de Transparência

Introdução

Na AT&T, assumimos a responsabilidade de proteger sua informação e privacidade com muita seriedade. Você pode aprender mais acessando nosso informativo de privacidade para cliente [aqui](#).

O presente relatório

Como todas as empresas, o grupo AT&T é, por força de lei, obrigado a fornecer informação ao governo e às entidades, bem como, às partes que intervêm em processos civis e criminais, em conformidade com mandados judiciais, requisições, procedimentos probatórios lícitos e outros requerimentos legais. O presente Relatório de Transparência da AT&T fornece (1) dados específicos sobre o número e os tipos de pedidos legais aos quais fornecemos resposta durante o segundo semestre de 2021 que compele a AT&T a fornecer informações sobre (a) comunicações ou (b) clientes, bem como, (2) informações permitidas por lei que possam ser divulgadas referentes aos pedidos à segurança nacional do primeiro semestre de 2021. Esse Relatório de Transparência também fornece informações sobre solicitações judiciais que foram parcialmente ou completamente rejeitadas, solicitações sobre dados de localização, pedidos de emergência e demandas legais internacionais.

Neste reporte, estão incluídas todas as unidades de operações da AT&T:

- AT&T Comunicações¹ fornece telefonia, banda larga, e outros serviços de comunicações para seus consumidores nos EUA e para aproximadamente 3 milhões de empresas globalmente — desde de pequenas empresas até as citadas na Fortune 1000.
- WarnerMedia é uma empresa de mídia e entretenimento que produz e distribui conteúdos básico e premium a partir de uma variedade de jornalistas e apresentadores talentosos para uma audiência global através das suas marcas, incluindo: HBO, HBO Max, Warner Bros., TNT, TBS, truTV, CNN, DC Entertainment, New Line, Cartoon Network, Adult Swin, Turner Classic Movies e outros. Adicionalmente, a Warner Media também incluiu o Xandr, plataforma de publicidade de tecnologia habilitada para dados.
- AT&T Latina América² fornece serviços de telefonia no México para consumidores e empresas, e serviços de entretenimento digitais na América do Sul e Caribe.

¹ Em 2 de agosto de 2021, concluímos nossa transação com a TPG Capital estabelecendo uma nova empresa denominada “DIRECTV”. Esta nova empresa é proprietária e opera os serviços de vídeo DIRECTV, AT&T TV e U-verse anteriormente pertencentes e operados pela AT&T. Este Relatório inclui dados da DIRECTV para todo o período do relatório.

² Em 15 de novembro de 2021, a AT&T concluiu a venda de seu segmento Vrio Corp. – que fornece serviços de entretenimento digital em 11 países da América Latina e Caribe à holding privada Grupo Wertheim. Este Relatório inclui dados do segmento Vrio Corp. até essa data.

Pedidos referentes à Segurança Nacional

Cartas de Segurança Nacional

Jul. – Dez. 2021

Total de cartas recebidas	500-999
Clientes identificados e selecionados	2.000-2.499

Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira

Jan. – Jun. 2021

Total com conteúdos	000-499
Seletores de clientes identificados	14.500-14.999
Total sem conteúdos	000-499
Clientes identificados e selecionados	000-499

Total de Pedidos em Processos Cíveis e Criminais dos EUA

Total de requerimentos

Jul. – Dez. 2021

(Federais, Estaduais e Locais; Criminais e Cíveis)	117.971
Requisições	87.013
Criminais	77.996
Cíveis	9.017
Mandados Judiciais [Gerais]	10.491
Informações históricas	6.857
Em tempo real (registro de números discados)	3.634
Mandados de Busca/Mandados Judiciais Baseadas em Causa Provável	
Informações históricas	13.045
Conteúdos armazenados	5.644
Outros	7.401
Em tempo real	7.422
Grampos telefônicos	808
Pedidos de localização de móveis	6.614

Pedidos Indeferidos/Dados Parciais ou Dados Não Fornecidos

(Desagregação dos dados incluídos no total de pedidos em Processos Criminais e Cíveis dos EUA)

Jul. – Dez. 2021

Total	71.166
Indeferidos/Contestados	3.486
Informação parcial ou sem informação	67.680

Pedidos de Localização

(Desagregação dos dados incluídos no total de pedidos em Processos Criminais e Cíveis dos EUA)

Jul. – Dez. 2021

Total	52.073
Informações históricas	40.971
Em Tempo Real	9.673
Estações rádio base de telefonia celular	1.429

Pedidos de Emergência

Jul. – Dez. 2021

Total	61.673
911	42.694
De ação imediata	18.979

Análise em Profundidade

Pedidos referentes à Segurança Nacional

As Cartas de Segurança Nacional (NSL) são requisições administrativas emitidas pela Agência Federal de Investigação (FBI) dos Estados Unidos para obrigar a disponibilização de informação relativa às investigações de antiterrorismo ou contraespionagem. As NSL limitam-se a fornecer informação sem conteúdo, tal como uma lista de números telefônicos discados ou a informação do assinante. Os requerimentos judiciais emitidos ao abrigo da Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (FISA) podem exigir o fornecimento de dados com ou sem conteúdo relacionados às investigações de segurança nacional, tais como de terrorismo ou a espionagem internacional.

A nossa apresentação de relatórios em relação às NSL e aos pedidos da FISA (coletivamente referidos como os “Pedidos referentes à Segurança Nacional”) é regida pelas leis dos EUA.³ Por lei, estamos autorizados a reportar dados dos pedidos sobre os quais fomos notificados e os “seletores de clientes identificados” pelos pedidos respectivos em faixas numéricas definidas especificamente e apenas por determinados prazos.

Total de Pedidos em Processos Criminais e Civis dos EUA

Este número inclui os pedidos aos quais respondemos em relação aos processos criminais e civis. Esta categoria não inclui os pedidos reportados em nossa tabela de Pedidos referentes à Segurança Nacional.

Os processos-crime incluem ações instauradas por entidades governamentais — em nível federal, estadual ou local — em face de uma pessoa pela alegada violação da lei criminal. Devido ao fato de que quaisquer das autoridades de investigação federais, estaduais e locais nos EUA podem instaurar processos-crime, recebemos milhares de pedidos de diversas agências de aplicação da lei.

As ações civis incluem litígios que envolvem atores privados (por exemplo, um caso de responsabilidade pessoal, um processo de divórcio ou controvérsias entre empresas privadas ou indivíduos). Além disso, os processos civis incluem investigações instauradas por agências reguladoras governamentais, tais como a Comissão de Valores Mobiliários, a Comissão Federal de Comércio e a Comissão Federal de Comunicações.

O nosso Processo

Recebemos múltiplos tipos de pedidos judiciais, incluindo requisições, ordens judiciais e mandados de busca e apreensão. Antes de responder a **qualquer** requerimento judicial, verificamos se foi recebido o tipo correto de requerimento com base na lei aplicável e qual é o tipo de informação que se procura. Por exemplo, em alguns Estados devemos fornecer os detalhes dos registros das chamadas no caso de receber uma requisição. Em outros Estados, os detalhes dos registros das chamadas requerem um mandado judicial ou um mandado de busca e apreensão baseado em causa provável. Se a agência requerente não tiver enviado o tipo correto de requerimento, indeferimos o pedido.

³Ver artigo 50 U.S.C. § 1874, inserido pela Lei de Liberdade dos Estados Unidos (Direito Público 114-23 de 2 de Junho de 2015).

Tipos de Pedidos Judiciais

A categoria do relatório “Total de Pedidos em Processos Criminais e Cíveis dos EUA” corresponde ao tipo de demanda segundo a informação requerida, nomeadamente ao que se refere a mandados judiciais gerais e mandados de busca e apreensão.

Usualmente, as requisições não precisam da aprovação de um juiz e são emitidas por um agente do tribunal, por exemplo, um advogado. São utilizados em casos criminais e cíveis, normalmente para requerer (1) testemunhos ou documentos comerciais escritos, tais como os registos de chamadas e contratos de clientes, (2) informação básica dos assinantes, como o nome e o endereço constantes na fatura, e (3) dados relacionados a transações de publicidade usando nossa tecnologia de publicidade.

Os mandados judiciais gerais são assinados por um juiz. Consideramos mandados judiciais “gerais” a todas as decisões, exceto aquelas que contenham declaração de causa provável. Em um processo-crime, por exemplo, um juiz pode emitir um mandado judicial com base em um critério inferior à causa provável, por exemplo “relevante para uma investigação criminal em curso”. Nos processos-crime, esses mandados judiciais também são utilizados para requerer informação em tempo real, de registos de chamadas discadas/recebidas, pelos quais são fornecidos os números telefónicos discados e outras informações em relação a todas as chamadas, realizadas ou recebidas do dispositivo identificado no mandado. Em um processo civil, pode proferir-se um mandado judicial com base em um critério de “relevante” ou que “razoavelmente estima-se que conduz à descoberta de provas admissíveis”.

Tanto no contexto criminal como no civil, mandados judiciais gerais são usados para o pedido de informações históricas, tal como registos financeiros ou registos relacionados ao uso de um dispositivo sem fio.

Os mandados de busca e apreensão e os mandados judiciais baseados em causa provável são assinados por um juiz e só são emitidos após declaração de “causa provável”. Para ser emitido, o mandado ou a ordem devem estar suportados por testemunho sob juramento e provas suficientes para acreditar que a informação requerida constitui prova de um crime. A causa provável é vista como o critério de mais alto nível para requerer provas. Salvo em circunstâncias de emergência, precisa-se de um mandado de busca e apreensão ou de um mandado judicial baseado em causa provável para toda informação de localização específica em tempo real (como o sistema de posicionamento global — GPS) e conteúdos em tempo real (como os conteúdos obtidos através dos grampos telefónicos). Geralmente, os conteúdos armazenados (tais como mensagens de texto e de voz armazenadas) também precisam de um mandado.

Pedidos de informação originados no Exterior a respeito de um Consumidor ou Negócio dos EUA

Se recebemos um pedido internacional de informação a respeito de um consumidor estadunidense, seja uma pessoa física como jurídica, encaminhamos o requerente para o procedimento estabelecido no Acordo de Assistência Jurídica Mútua (MLAT, pelas siglas em inglês) do referido país. Não recebemos pedidos internacionais de informação a respeito de clientes estadunidenses de nenhum país que não tenha o procedimento de MLAT. O FBI garante o recebimento do correto formulário do procedimento estadunidense (por exemplo, uma requisição, um mandado judicial geral ou um mandado de busca), o qual fica sujeito às limitações estabelecidas a respeito de produção de provas nos EUA, e que os fluxos de dados transfronteiriços sejam tratados apropriadamente. Todos os pedidos originados no exterior que sigam um procedimento MLAT são reportados na categoria de Pedidos Totais.

Pedido Indeferido/Dados Parciais ou Dados Não Fornecidos

Nesta categoria, incluímos o número de vezes que indeferimos um pedido ou fornecemos apenas informação parcial ou nenhuma informação em resposta a um pedido. A seguir mencionamos algumas razões pelas quais alguns dos pedidos estão inseridos nesta categoria:

- A autoridade policial apresenta um tipo incorreto de pedido. Por exemplo, indeferiremos uma requisição de grampo telefônico, porque necessita-se de um mandado judicial ou mandado de busca baseado em causa provável.
- pedido contém erros, tais como páginas ou assinaturas faltantes.

- pedido não foi dirigido corretamente a AT&T.
- pedido não contém todos os elementos necessários para dar a resposta.
- Não dispomos de informação que corresponda ao cliente ou ao equipamento constante no pedido.

Pedidos de Localização

A nossa categoria “Pedidos de Localização” desmembra o número de pedidos judiciais, civis e criminais recebidos segundo o tipo de informação de localização requerida. (Informações históricas ou em tempo real). Os pedidos de informação de localização que procuram as coordenadas de GPS específicas do dispositivo ou detalhes dos registros das chamadas que refletem a localização de qualquer estação rádio base que está processando uma chamada. Da mesma forma, recebemos pedidos para a busca de estações rádio base de telefonia celular onde requerem que forneçamos todos os números de telefones registrados em uma estação rádio base particular durante um determinado período de tempo. Não mantemos um registro da quantidade de números de telefones fornecidos às agências de aplicação da lei em relação a buscas de estações rádio base de telefonia celular.

Um único pedido de estação rádio base de telefonia celular pode cobrir várias estações. Publicamos o número total de pedidos, bem como o número total de buscas de estações rádio base de telefonia celular. Por exemplo, se recebemos um mandado judicial que inclui duas estações rádio base de telefonia celular, é contabilizado como um pedido com duas buscas. No período do presente relatório, realizamos 1.429 buscas para os 3.302 pedidos referidos a estações rádio base de telefonia celular. O período de tempo médio em que a agência de aplicação da lei pede uma busca de estações rádio base de telefonia celular é de 2 horas e 21 minutos para o presente período do relatório.

Como todas as empresas, somos obrigados por força de lei a fornecer informações às agências e a outras entidades governamentais, cumprindo ordens judiciais, intimações e solicitações legais de busca. Em todos os casos, revisamos as solicitações para determinar se são válidos.

Nós exigimos um mandado de busca baseado numa causa provável para todas as demandas que solicitarem informações de localização em tempo real ou histórica, exceto em situações de emergência.

Pedidos de Emergência

Os números fornecidos nesta categoria são o total de indagações originadas em chamadas ao 911 e pedidos que precisam de ação imediata processados durante o período do presente relatório. As indagações originadas em chamadas ao 911 são aquelas que ajudam a localizar ou identificar uma pessoa que precisa de ajuda de emergência. Os “pedidos que precisam de ação imediata” são pedidos de emergência das forças da lei que estão trabalhando em casos de sequestro, casos de pessoas desaparecidas, tentativas de suicídio e outras emergências. No intuito de proteger sua privacidade, requeremos que a agência da aplicação da lei certifique que está tratando de um caso que envolve risco de morte ou lesões graves antes de compartilhar a informação requerida de forma imediata.

Pedidos Internacionais

A categoria “Pedidos Internacionais” representa a quantidade de pedidos judiciais, civis e criminais, originados fora dos EUA e referidos às operações da AT&T no exterior. Estes pedidos são de (i) informação histórica/dados cadastrais dos assinantes que residem em outros países e negócios que operam em outros países; e (ii) pedidos de bloqueio de URL/IP (website/endereço internet) pelos governos estrangeiros. As solicitações legais relacionados às nossas operações no México são endereçadas em outra seção nesse Reporte.

Os diversos serviços fornecidos pela AT&T a nível Internacional afetam os tipos e o volume dos pedidos que recebemos

Serviços empresariais: a AT&T fornece serviços de telecomunicações e de tecnologia da informação (TI) aos escritórios no exterior dos grandes clientes comerciais multinacionais. Em todos os países no exterior onde a AT&T atende esses clientes, a AT&T recebe principalmente pedidos de informação histórica/dados cadastrais sobre os assinantes. Naqueles países onde a AT&T também oferece serviço de acesso à Internet, também pode receber pedidos de bloqueio de IP ou URL.

WarnerMedia: fora dos EUA, a WarnerMedia (por meio das suas operações e subsidiárias) opera serviços de entretenimento, incluindo a distribuição desde pacotes básicos até premium, e serviços de streaming direto aos consumidores, como também noticiários e serviços de informações, que são distribuídos através de uma variedade de plataformas. As empresas da WarnerMedia também são engajadas na produção, distribuição e licenciamento de filmes, programas de televisão, livros comic, vídeo game e uma variedade enorme

de produtos, incluindo licenciamento para teatros, serviços de televisão de assinatura, distribuição e serviços de tv a cabo, serviços sob demanda e distribuição e venda de discos físicos e eletrônicos. Adicionalmente, a WarnerMedia também incluiu o Xandr, uma plataforma de publicidade de tecnologia habilitada para dados.

Serviços de mobilidade dos consumidores: México é o único país fora dos EUA onde a AT&T fornece rede de mobilidade aos consumidores. Em consequência, a AT&T recebe pedidos judiciais similares aos recebidos nos EUA, incluindo pedidos de informação de assinantes, informação de localização e conteúdos em tempo real.

Vrio: Em todos os países da América Latina onde a Vrio², afiliada da AT&T, fornece serviços de televisão por satélite aos consumidores, nós recebemos, principalmente, pedidos de informação sobre os assinantes, relacionados aos serviços das marcas DIRECTV e SKY Brasil. Naqueles países da América Latina onde Vrio também fornece serviços de banda larga, recebemos pedidos para realizar o bloqueio de IP ou URL.

Acesso Governamental a Informações Pessoais Transferidas

Um questão crítica para as empresas é como elas responderiam se fosse recebido uma solicitação do governo de informações pessoais originárias e transferidas de uma localidade estrangeira.

Nós estamos obrigados a cumprir com as leis que regulam e aplicam ao nosso negócio. Mas, a AT&T deve receber o tipo correto de solicitação antes de fornecer a informação. A publicação desse Reporte de Transparência pela AT&T é um indicador de nosso compromisso em conscientizar os indivíduos sobre como as informações pessoais são processadas, em apoio e cumprimento da proteção de dados. A AT&T publicou um guia de perguntas e respostas frequentes sobre transferência de dados internacionais como parte do programa global de privacidade.

Além disso, a lei federal dos Estados Unidos limita a capacidade de discussão desse tipo de solicitação que podemos receber. Os comentaristas oferecem valiosas percepções sobre a natureza das solicitações como também as justificativas para exigir tais informações. Adicionalmente, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos publicou um guia sobre “Informação sobre a salvaguardas de privacidade dos EUA relevantes para SCCs e outras bases jurídicas da União Européia – Transferência de dados após *Schrems II*” que é muito informativo.

Alguns Pontos Adicionais

- As solicitações de informação histórica/dados cadastrais dos assinantes referem-se a informações que abrangem o nome e endereço constantes na fatura ou os tipos de serviços adquiridos da AT&T.
- Os pedidos de bloqueio de IP ou URL provêm de países que requerem bloquear o acesso aos websites que consideram ofensivos, ilegais, não autorizados ou inadequados de alguma outra maneira. Esses pedidos estão listados separadamente da informação histórica do assinante.

- Na hipótese da AT&T oferecer acesso à Internet em alguns países estrangeiros, não temos a capacidade de verificar os conteúdos de qualquer website exceto os próprios sites da AT&T. Em consequência, embora temos recebido e cumprido pedidos dos governos estrangeiros de bloqueio de acesso a websites em seus países durante o período do presente relatório, não recebemos pedidos para retirar conteúdos de websites (nem teríamos a capacidade de fazê-lo). Durante o período do presente relatório, não recebemos nenhum pedido dos governos estrangeiros para apresentar conteúdos armazenados.
- Em conclusão, as leis que regem os pedidos internacionais que recebemos podem diferir consoante o país. Respondemos a estes pedidos com base nas leis de cada país.⁴

⁴ Índia, por exemplo, não permite a publicação dos ofícios.

Pedidos Internacionais⁵

Total de Pedidos Internacionais

Jul. – Dez 2021

Argentina

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 393

Brasil

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 124

Bloqueio de IP/URL 9

Canadá

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1

Chile

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 2

Colômbia

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1.218

Bloqueio de IP/URL 3

Equador

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 26

Eslovaquia

Bloqueio de IP/URL 3

França

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 9

Israel

Bloqueio de IP/URL 4

Peru

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 43

Rússia

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1

Uruguai

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 5

⁵ Países reportados com "0" por 2 períodos consecutivos (12 meses) foram removidos da tabela. Nós voltaremos a reportar esses países caso tenhamos novas solicitações no futuro. E, a partir de 19/maio/2020, com o fechamento da operação na Venezuela da DIRECTV América Latina, não haverá reporte desse país.

México

As leis aplicáveis para as demandas recebidas no México estão listadas abaixo.

Requerimentos de Informações Gerais

Legislação

Lei Federal de Telecomunicações e Radiodifusão, artigos 189 e 190

Código Nacional de Processo Penal Federal, artigo 303

Escutas Telefônicas

Legislação

Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, artigo 16º, parágrafo 12º

Código Nacional de Processo Penal Federal, artigos 291 e 292

Lei Federal contra o Crime Organizado, artigo 16

Lei dos Canais Gerais de Comunicações, artigo 122

Tipos de Demandas Legais

No México, não há distinção entre intimações e ordens do tribunal como nos EUA, porque a lei determina que todas as demandas por dados de clientes devem ser revisadas e autorizadas por um juiz.

As demandas legais são classificadas:

Informação Histórica. Em casos criminais, as ordens judiciais são usadas para exigir informações de assinantes, registros de detalhes de chamadas, informações de localização de celular e dados de identificação de dispositivos móveis. Em casos civis, as ordens judiciais só podem ser usadas para exigir informações do assinante.

Informações de localização em tempo real. Solicitações legais para esse tipo de informação devem ser revisadas e autorizadas por um juiz, cuja decisão deve ser baseada em determinadas investigações criminais definidas pela lei mexicana e assunto de segurança nacional. As demandas por informações de localização de coordenadas de GPS precisam do dispositivo ou registros de detalhes de chamadas devem refletir a localização de qualquer dispositivo que processamento de comunicação. Também recebemos demandas por pesquisas nas torres de celular, que nos pedem para fornecer todos os números de telefone registrados em uma determinada torre de celular por um certo período. Não mantemos o registro do número de

telefone fornecidos por força de lei em conexão com as torres objeto de pesquisa.

Ordem do Tribunal para Escutas Telefônicas.

No México há um procedimento especial para esses tipos de demandas legais, podendo o juiz autorizar a escuta telefônica se atendidos certos requisitos legais, e se o assunto estiver relacionado a determinadas situações de investigações criminais definidas na lei mexicana ou assunto de segurança nacional.

Jul. – Dez. 2021**México****Informações históricas: dados cadastrais do assinante/Detalhes dos registros chamadas****13.744**

(Inclui autoridades judiciais e segurança nacional)

Informação de Localização (site torre)

11.546

Em Tempo Real**2.608**

Escutas telefônicas

894

Informação de localização (Exata)

1.714

Pedidos indeferidos/Dados parciais ou dados não fornecidos**1.128**

(Divisão pormenorizada de dados incluídos no Total de Pedidos de México)

Indeferidos/Contestados

362

Informação parcial ou nenhuma informação

766

Recursos adicionais

Mais informação sobre o nosso compromisso de privacidade pode ser encontrada em:

- Nossa [Centro de Privacidade](#).
- Nossa Resenha das questões essenciais sobre [Privacidade](#).
- Nossa Resenha das questões essenciais sobre [Direitos Humanos](#).
- Nossa Política sobre [Direitos Humanos](#).